



Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA.

Data: 10 de Janeiro de 2023, das 14h às 17h.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

LISTA DE PRESENÇA

Conselheiros presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Carolina Jessica de Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
2	Cristiano Avila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
3	Cláudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
4	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
5	Michel Rodrigues dos Santos Ferreira	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET)
6	Guilherme Trevisan Kortas gkortas@gmail.com	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA/USP)
7	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP)
8	Cecilia Motta cecimotta@uol.com.br	Projeto Quixote
9	Isabela Marques Lemos	Coord. de Políticas sobre Drogas/SMDHC
10	Danilo Polverini Locatelli danilo.locatelli@uol.com.br	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (NEPSIS/UNIFESP)
11	Regianne Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
12	Silvia de Oliveira Santos Cazenave silviacazenave@gmail.com	Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP)
13	Márcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
14	Euclides Conradim econradim@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

Conselheiros ausentes (com justificativa)

	Nome/E-mail	Instituição
1	Isabel Figueiredo Pereira de Souza ifpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
2	Maria Izabel Fernandes	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
3	Ricardo Luiz Iasi Moura ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria de Governo Municipal
4	Bruno Saraiva Santana	Secretaria Municipal de Cultura
5	Guilherme Peres Messas gmessas@gmail.com	Comitê para Regulação do Álcool (CRA) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

OBS.: Aguardando indicação dos representantes do CONED (Poder Público e Sociedade Civil).

Conselheiros ausentes (sem justificativa)

	Nome/E-mail	Instituição
1	Amanda Cardoso Silva amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer (SEME)
2	Felipe Becari Comenale felipe.becari@saopaulo.sp.leg.br	Com. Saúde Prom Social Trab Mulher
3	Francisca Henrique de Oliveira francisca.oliveira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
4	Ricardo Abrantes do Amaral ricardo.amaral@hc.fm.usp.br	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
5	Vanessa Santos vanessa.s@aliancasocial.org	Associação Aliança de Misericórdia
6	Renato Viterbo renatoviterbo103@gmail.com	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

Demais presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Cecília Galício ceciliagalicio@hotmail.com	ACUCA
2	Isabella Soares	Departamento de Participação Social – DPS/SMDHC
3	Michel Willian de Castro Marques	ABORDA/É de Lei
4	Jorge Arthur Canfield	ABRAMD
5	Olívia de Freitas Dórea Ribeiro	Assessoria SMADS
6	Romualdo C. de Lima	MEPSR/SP
7	Robson José Gomes Mendonça	MEPSR/SP
8	Valdomiro Marques	Fórum de Saúde dos Trabalhos e Pop. em Situação de Rua
9	Gisele de Almeida Cruz	Fórum de Saúde/Cons. Gestor/CAPS IJ Cid. Tiradentes
10	Eliane Nunes	SBEC
11	Daniel Melo Barreto	SBEC/Articulação Nacional para a Marcha da Maconha
12	Beatriz Malagueta	Estudante de Psicologia
13	Juliana Machado	Estudante de Psicologia
14	Alexander Navarro	Conselho Municipal de Saúde
15	Maria Angélica Comis	É de Lei
16	Raonna CD. R. Martins	Pesquisadora e Ativista
17	Taís Silveira Lima	Marcha da Maconha
18	Adílson G. Silva	Fórum Popular de Saúde Mental da Zona Leste
19	Valter Luiz da Costa	SMSU/AFSU

ABERTURA

INFORMES

PAUTA

- Início da organização da 8ª COMPAD - Criação da Comissão Organizadora
- Parceria SMADS e Unifesp e Nota Técnica de Comunidades Terapêuticas para adolescentes (segue em anexo material para apoio nesta pauta, assim como o seguinte Link: (<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-e-unifesp-celebram-parceria-inedita-para-atender-populacao-em-situacao-de-rua>))

DISCUSSÃO

1 ABERTURA

Marcos inicia a reunião desejando um feliz ano novo a todos e todas. E faz a abertura com uma breve apresentação de todos os presentes.

Cristiano Maronna informa que está lançando seu primeiro livro “ Lei de Drogas interpretada na perspectiva da liberdade”, fruto de trinta anos de advocacia criminal e vinte anos de ativismo antiproibicionista.

2 INFORMES

Marcos comenta que na última reunião foi falado que teria uma reunião com Isabela, assessora do Departamento de Participação Social/DPS-SMDHC, um setor novo dentro da secretaria, que ajuda no controle social, além de já ter a vinculação com a coordenação de drogas, com o objetivo de aproximação com esse departamento considerando a importância da temática de participação social para o COMUDA enquanto conselho, acontecendo essa reunião em 20/12/2022. Destaca-se que o COMUDA é o único conselho o qual a coordenação executiva é composta totalmente pela a sociedade civil. **Carolina** destaca que o objetivo dessa reunião refere-se ao fato que a coordenação executiva tem tido algumas dificuldades em relação aos recursos tecnológicos disponíveis para o COMUDA principalmente com relação a gravação, que atualmente está sendo gravada nos celulares pessoais dos conselheiros da coordenação executiva e estagiárias. Destaca que o conselho é de todos os conselheiros e não só da coordenação executiva e a conversa com a Isabella Soares do DPS foi referente a isso, sobre a necessidade de ter recursos para serem disponibilizados qualificando assim o trabalho do conselho. Exemplifica que a gravação solicitada pelo Ricardo na última reunião não ficou completa pois apesar do apoio da equipe da câmara, a gravação apresentou problema e reafirma de que foi feito com a Isabella Soares o esclarecimento que tenhamos alguns recursos para as próximas reuniões.

Isabela coloca que as reuniões estavam sendo de modo virtual e que não foi possível agendar no auditório da SMDHC no último semestre pois estava ocupado com as reuniões referente à Bolsa Trabalho Pop Rua. Reforça que o calendário agora está certo e que é importante que a reunião continue sendo aqui. Diz ainda que no terceiro andar tem uma sala preparada com computador e telefone para os conselhos, caso os conselheiros necessitem de algum recurso tecnológico, inclusive todo o arquivo do COMUDA.

Marcos agradece a Isabela e coloca que estamos alinhando esses pontos para as futuras reuniões.

Cecília comenta que foi disponibilizado um espaço para abordar o futuro da cracolândia num evento da Universidade da Cidade de São Paulo. Conta que foi convidada para ser curadora desse espaço para tratar da cracolândia nesse evento e está organizando com diversos artistas, debates, exposições de arte e MCs da cracolândia. Refere que assim que o evento for divulgado, irá compartilhar com os conselheiros e que espera contar com todos nesse evento, no dia 25 de janeiro a partir das 13:30 na Galeria Prestes Maia.

Marcos atualiza que GT Espaço de Uso foi definido pela coordenação e será pauta para a próxima reunião, a produção do eixo técnico será concluída e que será proposta uma reunião para finalização do projeto.

Cecilia complementa que o material produzido será compartilhado como uma contribuição do COMUDA no GTI da cracolândia.

Marcos abre uma pergunta sobre o GT Pop Rua o qual o COMUDA está envolvido e pergunta como está o trabalho do grupo.

Isabella diz que precisa fazer um calendário certinho das reuniões e cita sobre a última reunião que está sendo construída e que trará mais informações.

Marcos comenta sobre a comissão de acompanhamento do SCP e que a comissão tirada na reunião não foi formada concretamente. Refere que este serviço não é tipificado, que o orçamento apresentado foi de seiscentos mil por mês, que foram feitas visitas no espaço, mas o projeto não teve andamento. Portanto, a ideia é chamar uma reunião para retomar e acompanhar o projeto.

Por fim, fala que o último informe que é concernente à próxima reunião sobre a Operação Caronte, que ao longo do mês é importante construir essa pauta. Diz ainda, que é intenção da coordenação executiva, de enviar um ofício para convidar a Secretaria de Segurança Urbana, Comandanta Elza, e também para o Vice-Governador, sr. Felicio Ramuth, que será responsável pelas ações e discussões das ações na cracolândia pelo Governo do Estado. Já antecipou sobre isso para o Superintendente da GCM, Sr. Euclides, conselheiro que representa a pasta e que este terá um espaço entre cinco a dez minutos sobre o trabalho da GCM e na próxima reunião terá como pauta a segurança pública, o trabalho da segurança municipal, com foco na Operação Caronte.

Maronna discorre que justamente sobre a Operação Caronte, onde esteve conversando com a Dra. Fernanda, defensora pública, no qual, relatou uma situação muito preocupante. Sabe-se que a Operação Caronte tem uma série de questões controversas, o fato de que pessoas que

estão circulando nas ruas, tem o seu direito de ir e vir (...), a ideia de dispersão, nada mais é do que uma violação que chamamos de “liberdade ambulatorial”. A Dra. Fernanda ainda relatou uma situação muito anômala que consiste em que policiais civis estariam prendendo pessoas em flagrante, pelo simples fato dessas pessoas estarem portando cachimbos. Não há a posse de droga, evidentemente quando a pessoa está portando drogas, artigo 28 e 29, isso é crime. Expõe que nessa situação que a Dra. Fernanda retrata, grupos de dez a quinze pessoas estão sendo abordados pela polícia civil, na revista, cachimbos são identificados, não há drogas e que a posse do cachimbo justifica ir até delegacia. Ainda segundo **Maronna**, num caso específico que a Dra. mencionou, na abordagem haviam dez cachimbos, mas apenas um foi mandado para perícia e a perícia devolve dizendo que há “resquícios de cocaína”. Comenta que essa situação é muito grave e que caracteriza abuso de autoridade e que ninguém pode ser preso e conduzido para a delegacia, se não quando há um justo motivo e razão jurídica para que a pessoa esteja cometendo um crime em flagrante delito. Enfatiza que posse de cachimbo ainda com resquícios de cocaína, não é crime e isso não justifica a prisão.

Discorre que além do fato desses flagrantes estão sendo lavrados e enviados para o Fórum da Barra Funda, a maioria absoluta desses casos estão sendo arquivados, pois não é permitido processar alguém que está somente portando um cachimbo. Acredita que essa situação é muito grave e que a Operação Caronte é uma operação apoiada pela Prefeitura, acha que é o caso para discutir e refletir. Continua, que não parece adequado esse tipo de postura, prender as pessoas porque estão portando instrumentos utilizados para o uso de drogas. **Maronna** diz que não vai falar sobre usuários de cocaína de alta classe, que são flagrados com canudos e levados para a delegacia. Reforça que ao seu ver, é algo que desborda completamente a legalidade, que deve militar a atuação da polícia. Fala ainda sobre a boa notícia que foi o fato que o delegado Monteiro estava dirigindo a seccional responsável pela área em que esta nefasta operação está sendo realizada, foi afastado. Fala sobre históricos de inúmeras denúncias de abusos, de violação de prerrogativas de advogados, casos muito graves.

Cecília comenta que estava presente em uma dessas situações, referindo ao discurso do **Maronna**, onde cita sobre as denúncias de abuso.

Marcos pergunta se o delegado foi afastado.

Maronna diz que pelo que entendeu o Governador Tarcísio de Freitas, que assumiu, escolheu agora os diretores das seccionais e parece agora que outro nome foi escolhido para ficar no lugar dele, sendo essa a informação que ele recebeu, inclusive, acredita que já saiu na imprensa.

Marcos pede que quem chegou depois da apresentação, se apresente dizendo o nome e de onde é.

Robson Mendonça, Presidente do Movimento das Pessoas em Situação de Rua, coloca em sua apresentação que na cracolândia não há traficantes, mas sim somente aviãozinho e que está indignado com esta situação da polícia dizer que tem traficante por lá. E que há um abuso de poder por isso é que ele externa que está indignado com isso. E que IOPE (Inspetoria da GCM que tem atuado nas ações da Operação Caronte) operando em população em situação de rua não é pra isso, não foi criada para isso. Refere que o IOPE é imitação de ROTA e que isto não é certo. E que policiais militares que muitas vezes matam na calada da noite, como matou morador de rua, são bandidos fardados dizendo que estão em cumprimento da lei e agindo arbitrariamente contra a lei. Diz ainda que isso prejudica a corporação, porque sabem que esses bandidos, denigrem a imagem da corporação. E que a população de rua, não pode ser reprimida, oprimida, humilhada por imbecis por cumprimento que dão ordem para fazerem isso, porque qualquer Governador ou Prefeito que dá ordem para fazer uma merda dessa, é um imbecil.

Romualdo Carneiro acompanha o Robson há três anos, encerra, agradecendo. **Paulo** que também acompanha o Sr. Robson e trabalha com ele no Movimento Estadual de População de Rua.

Maria Angélica, trabalha no Centro de Convivência É de Lei e acompanha o conselho há alguns anos.

Valdomiro - Fórum de Saúde dos Trabalhadores e População em situação de Rua.

Gisele, conselheira de saúde - Caps Cidade Tiradentes.

Isabela, Deptº de Participação Social (SMDHC) e está como observadora do COMUDA.

Eliana, Psiquiatra, servidora pública aposentada e atualmente Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos sobre a Cannabis (SBEC) de São Paulo.

Daniel Barreto, secretário executivo da Sociedade Brasileira de Estudos sobre a Cannabis (SBEC) e hoje representando a Articulação Nacional para a Marcha da Maconha.

Marcos agradece a presença de todos e todes e pergunta quem mais tem informes para passar.

Jorge Arthur se apresenta dizendo que representa o COMUDA no Conselho Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e Adolescente. Comenta que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social fez uma parceria muito bacana com a Unicef, contratando pesquisadores de excelente qualidade para fazer o plano municipal, mas infelizmente, os números dos ministérios não conseguem fechar com os números do município, ou seja, não existe número correto no Governo Federal, tendo assim, um apagão de dados, apagão de informações, por esse motivo, houve um atraso. Porém, salienta que já estão na certeza que a questão não é das pesquisadoras, que são excelentes, mas a Unicef já permitiu que prolongue o trabalho das duas pesquisadoras e com certeza, quando estiver pronto, elas

virão, inclusive, reforça que isso já estão no planejamento e assim, virão apresentar o plano municipal nesse conselho, porque com certeza, a violência sexual contra criança e adolescente, atravessa o tema desse nosso conselho. Encerra, que houve um atraso, porém é um atraso para qualificar a “coisa”, ou seja, vai sair com excelente qualidade.

Raona tem a palavra e diz que tentará ser bem sucinta a respeito de questões ocorridas com o blocolândia, uma atividade cultural que ocorre há muito tempo no território. Trata-se de uma festa de carnaval articulada com os serviços, equipamentos da região, trabalhadores, usuários e que tem como intenção, promover a convivência, comemorar uma data festiva na rua, com as pessoas e que desde a pandemia o bloco não tem conseguido sair em seu percurso. Diz que tem mantido um grupo de discussão e sempre precisou de apoio e cita os empecilhos, sobre o trajeto ter sido indeferido, trajeto esse, ser o mesmo há seis anos. Pede que o COMUDA pense na possibilidade de apoiar essa atividade que tem sido realizada há muito tempo e que nunca teve intercorrências graves do ponto de vista de ameaças.

Marcos questiona qual a justificativa para o indeferimento do bloco.

Angélica coloca que o trajeto foi indeferido por motivos de segurança, por conta do trajeto ser na região da Luz, como ele sempre foi e destaca que um dos objetivos do bloco é justamente promover ações para pacificação.

Raonna refere que sempre aconteceu sem maiores intercorrências, sendo sempre uma festa pacífica e pede uma carta de apoio ou indicação de apoio ao COMUDA.

Angélica diz que a data será num sábado de carnaval.

Marcos diz que então será antes da próxima ordinária

Angélica fala que será depois da ordinária de fevereiro e aproveita para trazer um apontamento sobre o último carnaval que o bloco saiu, tendo sido aprovado o trajeto e o É de Lei que tinha solicitado, porém no dia que o bloco iria sair, saiu no Diário Oficial do Município a proibição da saída pela Polícia Militar devido a segurança. Foi acatado a decisão, mandando um ofício para a Polícia e para a GCM, informando que eles iriam acatar, no entanto, eles não tinham controle sobre a população. Comenta que a Secretaria de Cultura foi para o território e o bloco acabou saindo do mesmo jeito, inclusive com o apoio da Guarda Civil Metropolitana. Salienta, que inclusive, saíram com a bateria do Recomeço e é importante resgatar esse histórico, que é um bloco que acontece desde dois mil e quinze e que foi formulado e elaborado junto com os usuários desde o nome até o enredo e que isso é bem importante para se ter em mente.

Raonna reforça que foi gestado dentro da política de drogas, dentro da pasta de coordenação sobre drogas e que o bloco foi realizado pelos usuários e que isto só soma para o território.

Marcos diz que conhece bem o trabalho do blocolândia e pergunta a todos os presentes se existe alguma objeção do plenário sobre a carta de apoio para o blocolândia para poder desfilar.

Maronna pergunta novamente o argumento sobre o indeferimento do trajeto.

Raonna e Angélica comentam que o argumento foi segurança.

Isabella diz que conseguiram outros apoios, mas é uma questão que se repete.

Maronna diz que pode escrever sobre isso para apoio.

Cecilia refere que não há parte do COMUDA nessa relação.

Adilson diz que é dever do estado garantir essa segurança, garantir políticas públicas e diz que isso não é motivo para impedir o desfile do blocolândia.

Raonna reforça sobre o debate de política pública que é um acúmulo de várias secretarias e vários esforços, então o debate é completamente pertinente, mas o pedido neste momento, tem que ser reduzido para poder simplificar.

Jorge solicita ao Adilson para já pautar a reunião ordinária da comissão de saúde mental do Conselho Municipal de Saúde, já colocar essa questão, porque segundo ele, tem tudo a ver com o COMUDA e é importante que saia esse documento o quanto antes e que o Conselho de Saúde Mental tem toda condição de se debruçar.

Marcos dá a palavra para o Sr. Euclides fazer uma breve apresentação sobre o trabalho da GCM. Informa que na reunião seguinte falarão sobre a pauta Caronte, assim, aprofundando-se mais.

Euclides Inspetor Superintendente da GCM comenta que em 1985, o Prefeito Jânio Quadros quando candidato a Prefeito apresentou proposta de criação de uma Guarda Civil Metropolitana com o objetivo de criar uma polícia metropolitana, espelhando-se nas polícias municipais dos países de primeiro mundo, convidou o Cmt Cel. EB José Ávila da Rocha para criar e comandar a GCM-SP, e este por sua vez convidou algumas pessoas para fazer parte do seu projeto. Diz que o primeiro comandante Cmt Ávila criou a GCM-SP para realizar a Segurança Urbana da cidade de São Paulo, instituindo a Guarda Civil Metropolitana em 1986 para fazer a parte da segurança na cidade de SP, priorizando o policiamento escolar. Nesta época da fundação da GCM-SP, trouxe integrantes reservistas das Forças Armadas e integrantes da extinta Guarda Civil do Estado de São Paulo que transmitiram a identidade e a filosofia e o lema do Guarda Civil, que é o de ser Amigo, Protetor e Aliado da população. Mencionou que em 1970, houve a extinção das duas polícias existentes que se unificaram, ou seja, extinção da Força Pública e da Guarda Civil do Estado, que a partir dessa unificação nasceu a Polícia Militar, época do regime militar. Então alguns destes integrantes da extinta Guarda Civil do Estado de São Paulo fizeram parte da criação da GCM-SP, e nos deixaram seu legado, seu lema, sua identidade que

se resume numa polícia cidadã, próxima da sociedade. **Euclides** diz que a filosofia da GCM-SP é a de uma guarda mais próxima da sociedade e que o uniforme, as insígnias são similares a essas outras organizações policiais. A prioridade da GCM-SP na época da sua fundação foi a proteção escolar, e que todas as Guardas Civas Municipais tem poder de polícia, são órgãos vinculados à Segurança Pública, pois estão constitucionalmente citadas no Parágrafo 8º do artigo 144 do Capítulo de Segurança Pública da Constituição Federal, onde diz: que “Os municípios poderão constituir Guardas Municipais para proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”, então a Guarda Civil protege prioritariamente pessoas, quando interpretamos a palavra “serviços” concluímos que protegemos pessoas, pois quem executa serviços são os agentes públicos municipais e quem usufrui dos serviços são os munícipes, logo quando protegemos serviços, protegemos pessoas, temos o dever legal de proteger não só o patrimônio, mas as pessoas; e o conforme dispuser a lei, citado no final do Parágrafo 8º, a lei que norteia todas as Guardas Civas Municipais é a Lei Federal 13.022 de agosto de 2014 que em seu artigo 5º coloca todas as atribuições das GCM’s, que vão desde o policiamento, ações socioeducativas, policiamento de trânsito, ações intermunicipais conveniadas, ações comunitárias, ações de apoio aos serviços sociais, entre tantas outras. Então foi ampliado a atuação do guarda civil para a proteção ambiental, fiscalização de posturas municipais, fiscalização dos comércios ambulantes (comenta que é contrário à fiscalização dos ambulantes neste período em que há desemprego e outras situações de necessidade social, mas que se faz necessário o cumprimento das diretrizes da GCM). Há um tema complexo que pode gerar debates relacionados ao eixo repressão. Entende que a “área de uso – cracolândia” é como um grande ambulatório a céu aberto e que há muitas pessoas trabalhando naquele território e que a atribuição da GCM é a proteção dos agentes para que estes desenvolvam os trabalhos de acolhimento e tratamento dos dependentes. Diz que o combate ao “tráfico de drogas” é de competência da Polícia Civil e da Polícia Militar, missão que era anteriormente desenvolvida por estas polícias. Mas com o advento do Programa Crack “é possível vencer”, a GCM-SP passou a atuar neste território, onde a época recebemos uma capacitação de Polícia Comunitária, e tivemos a participação dos profissionais da Saúde e do próprio COMUDA nesta capacitação, à época para atuar neste território, inclusive a Maria Angélica Comis que foi presidente do COMUDA foi uma das instrutoras para os integrantes da GCM, assim como, a Tereza Endo (aposentada) que era da Secretaria Municipal da Saúde também fez parte desta formação dos integrantes da GCM, e partir de então a GCM foi vinculada a este trabalho na área da Cracolândia. Diz que não prefere a Guarda Civil na

cracolândia, e sim em escolas, na comunidade, pois a atuação da Guarda Civil é preventiva e comunitária, pois este trabalho na cracolândia é dos agentes de Saúde, do Serviço Social para o tratamento dos doentes, e da Polícia Civil e Militar para repressão aos traficantes que atuam nesta região. Refere que a Operação Caronte é de responsabilidade da Polícia Civil. Comentou que conhece o Robson que é Coordenador de Associação de População em Situação de Rua e que já participou de evento em conjunto GCM com a população em situação de rua na Praça Princesa Isabel em épocas passadas. Conta que em 1994 ele era chefe da guarda civil em Guaianazes criou um método preventivo chamado Programa GEPAD para a questão das drogas nas escolas para auxiliar as escolas, a comunidade escolar, professores, pais e alunos. Comenta também que há uma filosofia da prevenção conjugada com ações multidisciplinares e participação da educação, participação da comunidade e da GCM, e que há uma rede de ações e parcerias. Refere que a corporação tem treinamentos baseados na filosofia proposta. Destaca-se que a abordagem da Guarda Civil é o apoio a população, principalmente pessoas em situações de vulnerabilidade. Fala sobre um projeto chamado “Anjos da Guarda”. Conta sobre os órgãos de fiscalização de condutas erradas dos guardas municipais que não cumprem a filosofia da corporação. Comenta novamente que prefere os guardas em escolas, comunidades, parques, entre outros. Pede que não os confunda com outras organizações, pois essa é a linha de trabalho deles.

Marcos agradece e enquanto presidente reforça que esse tema precisa estar na mesa de discussões do conselho.

Cecília questiona se haverá uma nova apresentação da guarda na próxima reunião e como uma informação bastante relevante para o conselho, seria interessante entender, já que se fala muito sobre a formação para a política de drogas, o que o guarda civil tem em seu treinamento sobre esse tema e que o conselho pode contribuir com essa questão. Questiona se existe esse treinamento e como podem colaborar com isso. Pois julga que seja uma demanda muito importante e que para o trabalho na cracolândia tem que existir essa formação especial. Destaca que sobre o 156, quer entender como tem sido o papel desse serviço nessa relação e ainda sobre o “anjos da guarda” e como intersecciona essas políticas com o 156.

Marcos refere sobre o que Cecília falou, retoma que no programa de Braços Abertos havia a Inspeção que fazia esse trabalho de educação permanente com a guarda municipal.

Michel faz um convite para os órgãos executivos, a secretaria de direitos humanos e outras instituições presentes no conselho, sobre uma atividade no dia 26 de janeiro “cultura dos direitos humanos e saúde - carnaval”, que abordará a redução de danos no carnaval. Será na Conselheiro Brotero, ainda não saiu a divulgação, mas em breve compartilha com todo mundo.

3 PAUTAS,

3.1 - Início da organização da 8ª COMPAD - Criação da Comissão Organizadora

Marcos destaca que a realização da conferência não é obrigatória, mas sim livre. Havia uma provisão orçamentária, porém não foi realizada. Pergunta se alguém tem alguma objeção sobre a realização da 8ª COMPAD.

Todos da plenária concordam e não referem objeções.

Claudia coloca que no primeiro semestre temos a Conferência Estadual e Nacional de Saúde Mental e a Conferência Municipal de Saúde, referindo que neste primeiro semestre está bem turbulento para compor a realização da COMPAD.

Marcos aponta que usou como base para a realização da apresentação o material da 7ª Conferência, assim como aponta os objetivos para realizar a apresentação.

Marcos faz a apresentação.

Isabela comenta que amanhã terá uma reunião sobre o orçamento para a realização da 8ª Conferência e que dará um retorno à coordenação executiva.

Daniel diz que como sugestão e o que poderia ser adotado é as conferências acontecerem em formato híbrido, ainda mais devido a pandemia.

Adilson diz que fazer híbrida é possível sim, pois a marcha da maconha é transmitida pelo youtube.

Daniel trouxe como exemplo, o que foi feito nas escolas da Bahia, em relação às transmissões.

Márcia diz que podemos disponibilizar os CEUS para a conferência e nestes espaços tem como gravar e transmitir. E que se falarmos os recursos necessários, ela pode verificar quais dos CEUs tem estes equipamentos.

Claudia diz que é importante, ainda para alunos da rede pública, a participação e que tenham outros atores, população de rua, enfim, uma diversidade maior de participantes.

Alex comenta que na última foi feito por regiões e se há a possibilidade fazer pelas subprefeituras, pois comentou que os CEU são distantes dos territórios que não estão nos CEU. E que a localização das subprefeituras são mais fáceis de locomoção.

Jorge cita que teve o prazer de comparecer em quase todas as conferências. E que com as conferências podemos ver como estão as políticas públicas e do outro lado da moeda como está a sociedade civil e que acha fundamental a colocação da Cláudia e que as secretárias devem comunicar seus superiores diretos. Diz que é algo que tem que ser feito e que outra questão

importante, que foi contar com a Tereza Endo e que nada impede que o COMUDA convide a professora, mesmo que ela já esteja aposentada, mas que a participação dela é fundamental. Diz ainda que fizeram questão de homenageá-la.

Alcione comenta que há dificuldade de compilação e distribuição dos dados da conferência. E que na última foi divulgado depois de muito tempo e que sugere que seja como um objetivo a maior a utilização dos dados e que consigamos de forma mais rápida, ser compilado e distribuir os resultados.

Michel complementa que fizeram um trabalho bem difícil, sem recursos, mas que teve um resultado muito bom e que a gestão na época, foi deixando de lado, não ouvindo a sociedade civil. Tudo que foi produzido nas pré-conferências está no site do COMUDA e que são muito importantes. Comenta ainda que precisa de apoio do legislativo, da sociedade civil e que estarão nessa próxima conferência para contribuir.

Daniel comenta que além da comissão organizadora, seria importante ter uma comissão sistematizadora para complementar.

Alcione relata que a forma de trabalhar com planilhas foi muito importante, mas tem que tomar cuidado com quem realiza.

Daniel comenta sobre o google forms e que foi interessante trabalhar dessa forma.

Valdomiro traz como sugestão, sobre as pré-conferências, que geralmente só tem a ocupação dos conselheiros e que estão muito esvaziadas, portanto com a ideia de jogos e palestras sobre Álcool e Drogas, podemos juntos com as escolas incentivar os jovens para estar nestas conferências.

Alcione considera que é importante a divulgação e realização de atividades relacionadas à arte nas pré-conferências.

Alex sugere a criação da comissão organizadora central e subcomissões regionais.

Marcos comenta que hoje poderíamos fazer uma comissão central e na primeira reunião fazer subcomissões.

Comissão Organizadora:

Marcos Muniz; Carolina Salado; Cecilia Motta, Michel Marques, Claudia Ruggiero, Marcia Matsushita; Maria Angélica Comis; Isabela Lemos; Alcione Moreno; Regiane; Cristiano Maronna; Beatriz Malagueta; Alex Navarro (Conselho Municipal de Saúde); Adilson; ABRAMD; Thais (Marcha da maconha)

OBS.: Ficou acertado no Plenário que os Conselheiros que estavam ausentes na reunião e que queiram participar da Comissão Organizadora da COMPAD serão bem vindos ao grupo.

3.2 - Parceria SMADS e Unifesp e Nota Técnica de Comunidades Terapêuticas para adolescentes (segue em anexo material para apoio nesta pauta, assim como o seguinte

Link: (<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-e-unifesp-celebram-parceria-inedita-para-atender-populacao-em-situacao-de-rua>)

Marcos faz a abertura do tema.

Jorge não sabe falar qual foi o departamento que fechou este convênio com a SMADS e que talvez mudou e ele não ficou sabendo, diz ainda que obrigatoriamente tem que passar pelo COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social), pois trata-se de dinheiro público e tem que ter transparência. Jorge comenta que foi supervisor do Projeto Quixote e que as regras sempre foram muito claras, mas é importante questionar os colegas de SMADS.

Marcos comenta que então isso já é uma proposta de encaminhamento e para realizarmos o questionamento junto da SMADS acerca dessa parceria. E pergunta: O que nós questionaríamos? Pontua que primeiro questionamento seria qual é o órgão, o programa da Unifesp, departamento,

Jorge complementa, questionando o Conselho Municipal de Assistência Social, perguntando porque ele não se manifestou. Reforça que é importante esse questionamento e só quem pode responder oficialmente é a SMADS e o COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) e o CMDCA que também é. Já que a comissão Extraordinária Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente da CMSP também não foi informada.

Marcos reforça que então dá para questionar a SMADS e o COMAS.

Jorge diz que é estranho a SMADS ter assento no COMUDA e não ter apresentado ao COMUDA que ela faria essa parceria com a UNIFESP.

Marcos comenta que se for desejo do plenário, podem colocar isso também.

Cecilia Motta complementa que acha importantíssimo para a nossa identidade.

Adilson relata que perguntou à técnica do conselho sobre esse convênio, pois quando se trata de dinheiro público, a licitação tem que ser pública, mas questiona sobre isso e pergunta cadê o chamamento. Questiona ainda porque essas etapas não são transparentes sobre quem venceu e quem irá efetuar o serviço, pois não é preciso ser especialista nisso, tem coisas que já está garantido na lei, na constituição,

Isabela apresenta breves esclarecimentos a partir de questões colocadas do COMAS, como por exemplo transparência, etc. Pontua que por ser formação via ESPASO, o processo pode ser

tornado mais simples, não necessitando de questões que envolvam Edital, chamamento público, Conselhos, dentre outras aprovações.

Marcos comenta que não sabe o que é isso dentro da assistência. Fala sobre a Isabel ter pontuado sobre não ter sido realizada a reunião com a SMADS e que ela referiu trazer na próxima reunião, informações sobre na pauta.

Adilson aponta que os planos de ação do governo são muito complicados de entrar e destaca que até em movimentos sociais as ações são organizadas.

Angélica diz que foi na reunião da POP Rua e a Isabel estava, refere que solicitou a motivação da parceria com a UNIFESP e ela não respondeu e sugeriu trazer na próxima reunião ordinária do COMUDA.

Marcos diz que aguarda a Isabel como conselheira direta para responder as perguntas como: qual programa, qual o plano de ação, qual o departamento e orçamento desta parceria.

Nota Técnica de Comunidades Terapêuticas para adolescentes

Marcos comenta que não se aprofundou muito nessa pauta, mas diante da demanda trouxe para pensar junto ao plenário. Diz CSEES, questiona se isso também trata-se de um conselho e diz que o **Adilson** irá falar sobre a referida sigla. Ainda sobre a CSEES diz que elaborou um documento sobre uma recomendação de transformar uma SIG, proibindo a internação de criança e adolescente no Estado de São Paulo.

Jorge reforça que pode não ser um conselho e sim uma comissão, referindo-se à sigla em questão. **Jorge** diz que está assinando a nota técnica como Conselheiro do CONED representando a ABRAMD na Comissão Temporária de Adolescente e que a questão das comunidades terapêuticas sofre de uma questão de fiscalização e que a Cláudia diz que o município não está fiscalizando esses locais.

Angélica comenta que o Estado está fiscalizando as comunidades terapêuticas.

Maronna diz que sentiu falta de um rechaço mais veemente e cita sobre a lei de drogas, lendo um trecho do seu livro. Sobre um ponto de vista jurídico, eles não podem aderir ao tratamento, quem tem que fazer isso são os pais. A impressão que ele teve é que o documento deveria dizer claramente que não pode e acaba criando justificativas.

Jorge comenta que quem está fazendo o julgamento dos adolescentes é o juiz. E que o adolescente é consultado entre ficar preso, privado de liberdade ou ser internado em uma comunidade terapêutica, já se conhece a tendência da escolha, reforçando a presença das comunidades terapêuticas.

Claudia diz que a Secretaria Estadual de Saúde convida para discutir essa questão e que a SMS recomenda para que não haja internação, sendo bastante contundentes em dizer que não, que São Paulo não interna e foram radicalmente contra. Reforça que não se interna crianças em Instituições asilares (hospital psiquiátrico, comunidade terapêutica...) Comenta que em relação ao acompanhamento, a fiscalização é feita pela Vigilância Sanitária a partir de denúncias. Comenta ainda, que está acontecendo um fluxo de acompanhamento dessas comunidades e que é uma questão importante que merece ser destacada.

Jorge, ainda, sobre esse tema, diz que o Juiz nos municípios é quem decide de fato a internação dos adolescentes nas comunidades terapêuticas da sua escolha, com o aval dos municípios.

Marrona reforça que o Juiz não pode fazer isso.

Thais (Marcha da Maconha), diz que não precisa ter ordem de juiz para ir parar em comunidade terapêutica e sim ter recursos financeiros. Diz ainda que não somente quem usa droga que estão indo para essas comunidades e sim menores de idade, mulheres que querem se separar, idosos, por ser mais barato de se pagar, do que asilos.

Jorge diz que a mãe das crianças fala que é clínica e quando se aperta, fala em comunidades terapêuticas.

Eliane refere que trabalhou a vida inteira com AD em Santo André e que a saúde mental lá está minando. E o que é visto no município é um dinheiro que não se sabe de onde veio e vai para estas comunidades que em geral são religiosas e que o único órgão que poderia fiscalizar seria a vigilância. E que jovens usuários são destinados a estes locais pela família por não dar conta. E diz que é mais fácil morrer em comunidades terapêuticas e para internar não precisa de médicos e os médicos convidados são para doar o CRM, para aparecer 1x por mês e ganhar x valor. Finaliza apontando que está na hora de reclamar e fazer a reforma psiquiátrica de verdade.

Adilson fala sobre a nova gestão dos novos grupos e que o CONDEP elaborou uma minuta de recomendação e passou para várias outras entidades que compõem o conselho, solicitando que o Estado não adotasse essa política de internação de crianças e adolescentes nessas comunidades, garantindo o direito delas no ECA. Diz que essa recomendação foi assinada por todos os órgãos do conselho.

Marcos questiona sobre diante disso se o COMUDA elabora algum documento.

Maronna comenta que seria importante nós nos manifestarmos com a possibilidade de adolescentes serem acolhidos em comunidades terapêuticas. E que em seu livro, ele trata da diferença entre internação involuntária e internação compulsória. E que a única maneira que o juiz possa utilizar desse artifício é no caso da pessoa ter uma pena inafiançável e cause perigo

à sociedade. Dito isso, sugere a elaboração de um posicionamento do COMUDA ao CONED e Secretária Estadual de Justiça.

Jorge diz que há uma zona opaca entre o que é da fundação CASA e o que é da obrigação da prefeitura e que isso é muito cômodo pro tribunal de justiça, MP e defensoria. E que quando há interesse eles falam que é do Estado e quando não respondem que é do município e sugere uma audiência pública na câmara dos vereadores para podermos organizar como os serviços da prefeitura atuam nessa temática.

Marcos diz que é de suma importância o que o Maronna está trazendo.

Maronna se dispõe a redigir a minuta.

Marcos pergunta se alguém tem objeção ao encaminhamento e manifestação do COMUDA sobre a internação de adolescentes dentro das comunidades terapêuticas.

Daniel comenta que a Cannabis Medicinal está dependendo da aprovação do Governador e solicita uma manifestação do COMUDA a favor dessa questão.

Marcos o convida para tratar desse pedido na próxima reunião de plenária que acontecerá em 07/02/23 das 14 às 17:00 no mesmo local.

Não havendo mais nada a tratar, agradece a presença de todos e encerra a reunião.